



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA
INSPECÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO

**RELATÓRIO
DE
ACTIVIDADES
2005**

SUMÁRIO

NOTA INTRODUTÓRIA	3
ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS E RECURSOS UTILIZADOS	5
Programa I – Auditoria	5
Programa II – Controlo e Acompanhamento	7
1. Organização do ano lectivo 2005/2006	8
2. Exames nacionais do ensino secundário	10
3. Provas de avaliação sumativa externa no ensino básico	11
4. Acompanhamento dos núcleos de educação especial	12
5. Acompanhamento da acção educativa na escola – educação pré-escolar e 1.º ciclo do ensino básico	13
6. Funcionamento dos Conservatórios Regionais	14
7. Acções inspectivas de fiscalização	16
8. Acção inspectiva extraordinária à retenção no ensino básico	17
Programa III – Acção Disciplinar	19
Programa IV – Intervenção Inspectiva e Provedoria	21
Programa V – Formação de Pessoal	23
Programa VI – Modernização dos Sistemas de Informação e Comunicação	24
Programa VII – Documentação e Informação	25
Programa VIII – Promoção e Dinamização da Estrutura Comum de Avaliação (CAF)	26
Programa IX – Administração Geral	27
AVALIAÇÃO FINAL	29

NOTA INTRODUTÓRIA

O Relatório de Actividades de 2005 da Inspeção Regional de Educação tem como objectivo primordial apresentar, numa perspectiva analítica, o grau de consecução dos objectivos, programas e actividades desenvolvidas pela IRE no âmbito das funções e competências definidas na respectiva lei orgânica, aprovada pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 21/2002/A, de 26 de Julho, correspondendo ao estipulado no Regime geral de elaboração de planos e relatórios de actividades na administração pública regional autónoma dos Açores, aprovado pela Resolução n.º 100/2003, de 31 de Julho.

Sendo assim, urge elaborar uma breve análise conjuntural que explicita as condicionantes externas e internas do trabalho efectuado e dos resultados obtidos.

Com efeito, a nível externo, assistimos a uma mudança na organização e estrutura interna do IX Governo Regional dos Açores, tendo o departamento competente em matéria de educação passado a integrar a Ciência, em vez da Cultura, numa aposta clara na ligação entre educação, investigação científica e novas tecnologias.

Além disso, em 2005, foram publicados importantes diplomas estruturantes para o sistema educativo regional, com repercussões no trabalho desenvolvido pela IRE, nomeadamente o Regime Jurídico da Criação, Autonomia e Gestão das Unidades Orgânicas do Sistema Educativo (Decreto Legislativo Regional n.º 12/2005/A, de 16 de Junho), o Estatuto do Aluno dos Ensinos Básico e Secundário (Decreto Legislativo Regional n.º 22/2005/A, de 5 de Agosto), o Estatuto do Ensino Particular, Cooperativo e Solidário (Decreto Legislativo Regional n.º 26/2005/A, de 4 de Novembro), bem como o polémico Despacho Normativo n.º 48/2005/A, de 11 de Agosto, que alterou sobremaneira o funcionamento das unidades orgânicas e distribuição do serviço docente na Região.

Por seu turno, a nível interno, foram providos, no início do ano, no quadro de pessoal da IRE, 6 novos elementos na carreira de inspector superior (3 em Angra do Heroísmo e 3 em Ponta Delgada), para além da requisição de mais 1 inspector à Inspeção-Geral da Educação, o que acarretou à IRE uma maior capacidade operativa, mediante o alargamento da tipologia e do número de intervenções efectuadas.

Assim, surgiram duas novas acções plurianuais de acompanhamento aos núcleos de educação especial e à acção educativa no pré-escolar e no 1.º ciclo do ensino básico, bem como uma acção ao funcionamento dos Conservatórios Regionais, cuja planificação foi, aliás, respeitada.

Uma especial circunstância afectou um cumprimento mais rigoroso do Plano de Actividades 2005: a instauração pela tutela de uma acção inspectiva extraordinária à retenção no ensino básico na Região em 2004/2005, a qual

mobilizou no último trimestre do ano transacto uma parte dos recursos humanos disponíveis, diminuindo o número de intervenções na acção de controlo da organização do ano lectivo de 2005/2006, bem como impedindo um maior desenvolvimento do processo de implementação no serviço da CAF (Estrutura Comum de Avaliação).

É de salientar ainda, apesar da disponibilização superior de recursos financeiros e da existência de equipamentos administrativos e de informática adequados, a insuficiência das instalações da IRE em Ponta Delgada, cuja melhoria deverá acontecer ainda em 2006, por via da transferência dos funcionários para um edifício alternativo ao actual.

Neste relatório, procura-se, pois, aferir o grau de consecução do Plano de Actividades para 2005, discriminando-se por programas e actividades os dias úteis de trabalho afectados e respectivos custos inerentes, com destaque para os desvios ao Plano, devidamente assinalados pelo respectivo valor percentual da execução do mesmo.

ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS E RECURSOS UTILIZADOS

PROGRAMA I

AUDITORIA

▪ O programa avaliou de forma sistemática a qualidade educativa dos estabelecimentos de educação e de ensino da Região, induzindo procedimentos de auto-avaliação dos mesmos e mobilizando as comunidades educativas abrangidas, com incidência nos aspectos pedagógicos e organizacionais do processo de avaliação dos alunos em Língua Portuguesa e Português.

No âmbito deste programa:

- Foram actualizados materiais inspectivos de suporte da acção;
- Foram recolhidos indicadores de gestão sobre os estabelecimentos de educação e de ensino seleccionados;
- Foi executada a acção no terreno, durante 5 dias, por equipas de 4 inspectores, em cada uma das seguintes unidades orgânicas: EBI da Lagoa e EBI/S das Flores;
- Após o necessário exercício do contraditório por parte da instituição abrangida, produziu-se um relatório de cada uma das acções executadas, contendo, entre outros, as recomendações inerentes à desejada melhoria do sistema educativo regional.

A planificação global desta actividade, apesar dos custos acrescidos em relação ao inicialmente previsto, foi, em geral, cumprida – com excepção dos relatórios finais, cuja elaboração só aconteceu no final de 2005, por sobrecarga de actividades dos inspectores – tendo atingido os objectivos essenciais previstos.

▪ RECURSOS HUMANOS

Equipa de trabalho:

Maria Amélia Campos, Maria Filomena Medeiros, Maria Guiomar Lopes, Nuno António Gomes e Paulo Jorge Pereira.

Dias úteis de trabalho: **142 (134%)**

▪ **RECURSOS FINANCEIROS**

Vencimentos e outros	12.466,18 € (119%)
Ajudas de custo	1.111,81 € (93%)
Deslocações e estadas	3.784,79 € (111%)

Total: **17.362,78 € (115%)**

PROGRAMA II

CONTROLO E ACOMPANHAMENTO

▪ Os objectivos essenciais deste programa visaram o controlo e o acompanhamento de diversas actividades educativas, nomeadamente através da verificação do cumprimento das disposições legais e das orientações definidas superiormente, bem como o funcionamento do sistema educativo regional, numa perspectiva de desenvolvimento e de modificação do respectivo desempenho.

▪ ACTIVIDADES

1. Organização do ano lectivo 2005/2006
2. Exames nacionais do ensino secundário
3. Provas de aferição no ensino básico
4. Acompanhamento dos núcleos de educação especial
5. Acompanhamento da acção educativa na escola – educação pré-escolar e 1.º ciclo do ensino básico
6. Funcionamento dos Conservatórios Regionais
7. Acções inspectivas de fiscalização

▪ RECURSOS AFECTADOS

Humanos:

Núcleo de Inspeção da IRE

Dias de trabalho inspectivo: **952 (103%)**

Financeiros:

Vencimentos e outros 83.576,08 € (103%)

Ajudas de custo 5.114,45 € (64%)

Deslocações e estadas 15.974,42 € (86%)

Total: 104.664,95 € (97%)

ACTIVIDADE

1. ORGANIZAÇÃO DO ANO LECTIVO 2005/2006

No âmbito desta actividade:

- Actualizou-se o roteiro e demais materiais inerentes à intervenção;
- Foram analisados, por equipas de 2 inspectores, aspectos organizacionais de 12 unidades orgânicas do sistema educativo regional, no âmbito da preparação e execução do ano lectivo de 2005/2006, a saber: EBI dos Ginetes, EBI Roberto Ivens, EBI de Angra do Heroísmo, EBI dos Arrifes e EBI da Ribeira Grande; EBI/S da Madalena, EBI/S de S. Roque do Pico, EBI/S da Calheta, EBI/S das Velas e EBI/S de Santa Maria; ES das Laranjeiras e ES da Ribeira Grande;
- Avaliou-se o grau de eficácia e racionalidade na gestão dos recursos humanos disponíveis;
- Verificou-se a conformidade com a lei em vigor e as orientações definidas superiormente;
- Preencheu-se um guião por cada unidade orgânica abrangida, remetido à tutela e à Direcção Regional da Educação para conhecimento e eventual intervenção;
- Elaborou-se um relatório final da acção desenvolvida, contendo as necessárias recomendações à tutela, à Direcção Regional da Educação e aos serviços intervencionados.

A indefinição gerada pela aplicação das normas contidas no Despacho Normativo n.º 48/2005, de 11 de Agosto, bem como pelas orientações posteriores recebidas, esvaziou um pouco o controlo quantitativo associado a este tipo de intervenção inspectiva, tendo prevalecido, no âmbito da distribuição do serviço docente, uma postura inspectiva mais próxima do acompanhamento do desempenho na matéria, por parte do órgão de administração e gestão de cada unidade orgânica abrangida.

Além disso, por via da inspecção extraordinária à retenção no ensino básico, ordenada pela tutela, que exigiu uma acentuada mobilização de recursos humanos no último trimestre de 2005, não foi cumprido o objectivo inicial de intervencionar 50% das 40 unidades orgânicas existentes, pelo que os custos reais desta actividade foram inferiores aos inicialmente previstos.

▪ RECURSOS HUMANOS

Equipa de trabalho:

Agostinho Tavares Martins, Alda Maria Cota, João Paulo Barbosa, Maria Amélia Campos, Maria Dulce Mosca, Maria Filomena Medeiros, Maria Guiomar Lopes, Nuno António Gomes e Paulo Jorge Pereira.

Dias úteis de trabalho: **205 (89%)**

▪ RECURSOS FINANCEIROS

Vencimentos e outros 17.996,95 € (89%)
Ajudas de custo 1.074,70 € (36%)
Deslocações e estadas 3.183,16 € (45%)

Total: **22.254,81 € (73%)**

ACTIVIDADE

2. EXAMES NACIONAIS DO ENSINO SECUNDÁRIO

No âmbito desta actividade:

- Procedeu-se à reformulação do respectivo roteiro;
- Fiscalizou-se a realização das provas de exame (1.^a e 2.^a fases) em 15 unidades orgânicas, correspondendo a 83,3% do universo de unidades orgânicas do sistema educativo regional com ensino secundário, de modo a garantir as necessárias condições de confidencialidade e de equidade, bem como o cumprimento dos normativos que regem a prestação do serviço de exames;
- Foram preenchidas várias fichas de observação e avaliação de cada unidade orgânica, a remeter à tutela e à Direcção Regional da Educação, contendo uma avaliação qualitativa do respectivo desempenho: Muito Bom (6), Bom (5), Satisfatório (3) e Deficiente (1);
- Elaborou-se um relatório final da actividade realizada.

Foram cumpridos na íntegra os objectivos essenciais previstos para a actividade, embora com custos efectivos inferiores ao orçamentado, por via da concentração na Terceira e em S. Miguel das unidades orgânicas intervencionadas.

▪ RECURSOS HUMANOS

Equipa de trabalho:

Agostinho Tavares Martins, Alda Maria Cota, João Paulo Barbosa, Maria Amélia Campos, Maria Dulce Mosca, Maria Filomena Medeiros, Maria Guiomar Lopes, Nuno António Gomes e Paulo Jorge Pereira.

Dias úteis de trabalho: **102 (70%)**

▪ RECURSOS FINANCEIROS

Vencimentos e outros8.954,58 € (69%)
Ajudas de custo 423,93 € (24%)
Deslocações e estadas1.991,96 € (52%)

Total: **11.370,47 € (61%)**

ACTIVIDADE

3. PROVAS DE AVALIAÇÃO SUMATIVA EXTERNA NO ENSINO BÁSICO

No âmbito desta actividade:

- Preparou-se a intervenção, incluindo a elaboração do respectivo roteiro;
- Fiscalizou-se, nos dias 23 e 24 de Maio de 2005, a aplicação das provas de avaliação sumativa externa nos 4.º, 6.º e 9.º anos do ensino básico, em Língua Portuguesa e Matemática, contribuindo para garantir a sua realização em condições de confidencialidade e equidade, nos 18 estabelecimentos de educação e de ensino seleccionados;
- Foram preenchidas fichas de observação e avaliação sobre cada estabelecimento de educação e de ensino abrangido, a remeter à tutela e à Direcção Regional da Educação;
- Elaborou-se um relatório final da actividade efectuada.

Foram cumpridos os objectivos previstos para esta actividade, na medida dos recursos humanos disponíveis na Inspeção Regional de Educação, embora pelo facto dos estabelecimentos de educação e de ensino intervencionados se situarem na Terceira e em S. Miguel, tenha havido uma considerável diminuição de custos reais face ao orçamentado no Plano de Actividades.

É de salientar que desta actividade derivou a aplicação de pena disciplinar a um docente, ao abrigo do artigo 38.º do Estatuto Disciplinar.

▪ RECURSOS HUMANOS

Equipa de trabalho:

Agostinho Tavares Martins, Alda Maria Cota, João Paulo Barbosa, Maria Amélia Campos, Maria Dulce Mosca, Maria Filomena Medeiros, Maria Guiomar Lopes, Nuno António Gomes e Paulo Jorge Pereira.

Dias úteis de trabalho: **43 (100%)**

▪ RECURSOS FINANCEIROS

Vencimentos e outros 3.774,97 € (99%)
Ajudas de custo 64,02 € (14%)
Deslocações e estadas 96,33 € (20%)

Total: **3.935,32 € (83%)**

ACTIVIDADE (Plurianual)

4. ACOMPANHAMENTO DOS NÚCLEOS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

No âmbito desta actividade:

- Preparou-se a intervenção, nomeadamente a nível documental;
- Analisou-se a organização de 4 núcleos de educação especial, numa perspectiva de equidade do serviço público de educação e de consecução de uma escola inclusiva, mediante intervenção de equipas de 2/3 inspectores, durante 5 dias em cada unidade orgânica;
- Avaliou-se a racionalidade e a eficácia na gestão dos recursos humanos, a qualidade das instalações e equipamentos disponíveis, bem como o apoio prestado às crianças e jovens com NEE e/ou portadores de deficiência declarada e às suas famílias, no cumprimento dos requisitos de escolarização;
- Elaborou-se um relatório parcial, referente a cada unidade orgânica, a remeter à tutela e à Direcção Regional da Educação.

Os objectivos essenciais da actividade foram cumpridos na íntegra, incluindo a previsão dos custos inerentes, tendo sido detectadas situações ainda distantes do desempenho qualitativo desejado, pelo que 2 das 4 unidades orgânicas intervencionadas serão alvo de uma acção de fiscalização em 2006.

▪ RECURSOS HUMANOS

Equipa de trabalho:

Alda Maria Cota, João Paulo Barbosa, Maria Dulce Mosca e Maria Guiomar Lopes.

Dias úteis de trabalho: **145 (104%)**

▪ RECURSOS FINANCEIROS

Vencimentos e outros 12.729,55 € (103%)
Ajudas de custo 718,62 € (100%)
Deslocações e estadas 2.149,44 € (100%)

Total: **15.597,61 € (103%)**

ACTIVIDADE (Plurianual)

5. ACOMPANHAMENTO DA ACÇÃO EDUCATIVA NA ESCOLA – EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO

No âmbito desta actividade:

- Preparou-se a intervenção, nomeadamente através da elaboração do respectivo roteiro e demais documentação inerente;
- Caracterizou-se a actividade educativa, na educação pré-escolar e no 1.º ciclo do ensino básico, através da observação de áreas nucleares de funcionamento – realização da prática pedagógica, acção profissional e integração comunitária – em estabelecimentos de educação e de ensino integrados em 3 unidades orgânicas do sistema educativo regional;
- Foi efectuada uma intervenção no terreno, por equipas de 3 inspectores, durante 5 dias, compreendendo a observação directa, a análise documental e a reflexão com os docentes;
- Elaborou-se um relatório referente a cada unidade orgânica, a remeter à tutela e à Direcção Regional da Educação.

Foram cumpridos na íntegra os objectivos previstos, nomeadamente o acompanhamento dos educadores/docentes na sala de aula, tendo em vista uma reflexão conjunta sobre o seu desempenho e a evolução qualitativa desejada.

▪ RECURSOS HUMANOS

Equipa de trabalho:

Agostinho Tavares Martins, Alda Maria Cota, Maria Dulce Mosca e Maria Filomena Medeiros.

Dias úteis de trabalho: **135 (93%)**

▪ RECURSOS FINANCEIROS

Vencimentos e outros	11.851,65 €	(93%)
Ajudas de custo	350,66 €	(100%)
Deslocações e estadas	925,60 €	(99%)

Total: 13.127,91 € (94%)

ACTIVIDADE

6. FUNCIONAMENTO DOS CONSERVATÓRIOS REGIONAIS

No âmbito desta actividade:

- Preparou-se em equipa a actividade inspectiva, incluindo a elaboração do respectivo roteiro;
- Analisou-se a implementação na Região dos Cursos de Iniciação Musical para os alunos do 1.º ciclo do ensino básico e dos Cursos Básicos de Educação Artística Vocacional;
- Avaliou-se a qualidade da administração, gestão e orientação educativa dos 3 Conservatórios Regionais dos Açores, nomeadamente o funcionamento dos órgãos de administração e gestão e das suas estruturas pedagógicas, a adequação de recursos humanos às ofertas de cursos e às necessidades dos alunos, a frequência e aproveitamento escolar, a articulação com o ensino regular e a aplicação de recursos informáticos;
- Efectuou-se uma intervenção no terreno, por equipas de 4 inspectores, durante 5 dias, compreendendo a observação directa, a análise documental e a realização de entrevistas com o órgão de administração e gestão;
- Elaborou-se um relatório referente a cada unidade orgânica, a remeter à tutela e à Direcção Regional da Educação;
- Produziu-se um relatório final da actividade inspectiva, a remeter à tutela, à Direcção Regional da Educação e às unidades orgânicas intervencionadas, para além da consequente divulgação pública.

Os objectivos essenciais, incluindo a planificação prevista, foram, na generalidade, atingidos, tendo em conta as insuficiências detectadas na organização do ensino artístico na Região, passível de uma melhoria qualitativa substancial.

• RECURSOS HUMANOS

Equipa de trabalho:

João Paulo Barbosa, Maria Amélia Campos, Nuno António Gomes e Paulo Jorge Pereira.

Dias úteis de trabalho: **170 (100%)**

▪ **RECURSOS FINANCEIROS**

Vencimentos e outros 14.924,30 € (100%)
Ajudas de custo 1.239,49 € (100%)
Deslocações e estadas 3.815,27 € (100%)

Total: **19.979,06 € (100%)**

ACTIVIDADE

7. ACÇÕES INSPECTIVAS DE FISCALIZAÇÃO

No âmbito desta actividade:

- Preparou-se a acção no terreno, incluindo a elaboração de um guião;
- Verificou-se o cumprimento e a execução das recomendações transmitidas em anteriores acções inspectivas nos domínios observados, tendo em vista uma avaliação do impacto qualitativo, ao nível da gestão e administração pedagógica, das medidas decorrentes de anteriores acções inspectivas;
- Fez-se uma intervenção no terreno, efectuada por equipas de 2 inspectores, no máximo, durante 2/3 dias, em 6 unidades orgânicas do sistema educativo regional;
- Elaborou-se um relatório-síntese de cada intervenção realizada.

Os objectivos previstos para esta actividade foram cumpridos, embora os custos efectivos tenham suplantado largamente o orçamentado.

▪ RECURSOS HUMANOS

Equipa de trabalho:

Maria Amélia Campos, Maria Dulce Mosca, Maria Filomena Medeiros, Maria Guiomar Lopes, Nuno António Gomes e Paulo Jorge Pereira.

Dias úteis de trabalho: **64 (128%)**

▪ RECURSOS FINANCEIROS

Vencimentos e outros 5.618, 56 € (128%)
Ajudas de custo 726,17 € (165%)
Deslocações e estadas 2.424,97 € (485%)

Total: **8.769,70 € (165%)**

ACTIVIDADE

8. ACÇÃO INSPECTIVA EXTRAORDINÁRIA À RETENÇÃO NO ENSINO BÁSICO

Na sequência de uma Análise de Situação efectuada no final do ano lectivo de 2004/2005, mediante a qual foram detectados, no ensino básico da Região, índices de retenção demasiado elevados, foi determinada, por despacho superior do Secretário Regional da Educação e Ciência, a execução de uma acção inspectiva extraordinária de carácter prospectivo e preventivo, com intervenção directa no terreno de equipas inspectivas, nas unidades orgânicas possuindo turmas cujo valor percentual de retenções se situou, para o 1.º ciclo, em valores iguais ou superiores a 30% e, para os 2.º e 3.º ciclos, em valores iguais ou superiores a 50%.

Esta acção de carácter extraordinário visou, entre outros, mobilizar os órgãos de administração e gestão, as estruturas pedagógicas e os docentes envolvidos, no sentido da redução desejável do insucesso escolar na Região, induzindo práticas pedagógicas alternativas e alertando para o cumprimento obrigatório das disposições constantes na Portaria n.º 92/2004, de 23 de Dezembro.

No âmbito desta actividade:

- Preparou-se a acção no terreno, incluindo a elaboração do respectivo roteiro e a necessária análise documental;
- Fez-se uma intervenção no terreno, efectuada, em geral, por equipas de 2 inspectores, durante 2/3 dias no mínimo;
- Foram efectuadas entrevistas aos docentes abrangidos e aos órgãos de administração e gestão das 8 unidades orgânicas intervencionadas até Dezembro de 2005, a saber: Áreas Escolares de Ponta Delgada e da Horta, EBI da Praia da Vitória, EBI da Ribeira Grande, EBI dos Biscoitos e EBI de Angra do Heroísmo, EBI/S Tomás de Borba e ES Manuel de Arriaga;
- Elaborou-se um relatório referente a cada unidade orgânica, a remeter à tutela e à Direcção Regional da Educação;

Os objectivos essenciais foram atingidos, tendo-se cumprido a planificação prevista, embora com consequências na actividade inspectiva à Organização do Ano Lectivo de 2005/2006, devido ao número limitado de recursos humanos disponíveis. A acção prosseguiu, durante o 1.º trimestre de 2006, em mais 7 unidades orgânicas do sistema educativo regional, sendo alvo de um relatório final global em fase de elaboração.

▪ **RECURSOS HUMANOS**

Equipa de trabalho:

Agostinho Tavares Martins, Alda Maria Cota, João Paulo Barbosa, Maria Amélia Campos, Maria Filomena Medeiros e Maria Guiomar Lopes.

Dias úteis de trabalho: **88 (*)**

▪ **RECURSOS FINANCEIROS**

Vencimentos e outros 7.725, 52 €
Ajudas de custo 516,86 €
Deslocações e estadas 1.387,69 €

Total: **9.630,07 € (*)**

(*) Actividade não prevista no Plano de Actividades 2005.

PROGRAMA III

ACÇÃO DISCIPLINAR

▪ O programa, em 2005, procedeu a intervenções inspectivas no âmbito das acções de controlo disciplinar atribuídas à IRE.

No âmbito deste programa:

- Foram instruídos processos de averiguação e de inquérito;
- Foram instruídos processos disciplinares ao pessoal docente;
- Apreciou-se e elaborou-se pareceres relativos aos processos, com vista à preparação da tomada de decisão;
- Efectuou-se o acompanhamento dos meios de impugnação contenciosa.

Indicadores dos procedimentos disciplinares:

Processos	Total	Iniciados		Concluídos	Em curso	Por distribuir
		Em 2005	Antes de 2005			
Processos de averiguações	2	2	-	2	-	-
Processos de Inquérito	9	5	4	8	1	-
Processos disciplinares	12	10	2	11	1	-
Procedimentos disciplinares (artigo 38.º do ED)	6	6	-	3	3	-

▪ RECURSOS HUMANOS

Coordenação:

Herculano Couto Godinho e Paulo Sousa Lima

Equipa de trabalho:

Agostinho Tavares Martins, Alda Maria Cota, João Paulo Barbosa, Maria Amélia Campos, Maria Dulce Mosca, Maria Filomena Medeiros, Maria Guiomar Lopes, Nuno António Gomes e Paulo Jorge Pereira.

Dias úteis de trabalho: **545 (91%)**

▪ **RECURSOS FINANCEIROS**

Vencimentos e outros: 47.845,55 € (91%)

Ajudas de custo: 1.401,89 € (78%)

Deslocações e estadas: 3.786,67 € (86%)

Total: **53.034,11 € (90%)**

PROGRAMA IV

INTERVENÇÃO INSPECTIVA E PROVIDORIA

▪ O programa, durante o ano de 2005, visou a verificação da conformidade das práticas dos intervenientes do sistema educativo com o respectivo enquadramento legal, tendo em vista a defesa e promoção dos direitos e interesses legítimos dos cidadãos e a equidade e justiça nas práticas adoptadas no sistema educativo regional.

No âmbito deste programa:

- Analisou-se as queixas escritas apresentadas pelos utentes e agentes do sistema educativo;
- Procedeu-se à delimitação do âmbito específico das acções de providoria e das decorrentes intervenções inspectivas;
- Efectuou-se o estabelecimento de critérios de apreciação;
- Elaborou-se pareceres conducentes à tomada de decisão;
- Elaborou-se os relatórios a apresentar à entidade decidente.

Indicadores dos processos de análise de situação:

Processos abertos...		
...antes de 2005	...em 2005	Total
1	17	18

▪ RECURSOS HUMANOS

Coordenador:

Herculano Couto Godinho

Equipa de trabalho:

Agostinho Tavares Martins, Alda Maria Cota, João Paulo Barbosa, Maria Amélia Campos, Maria Dulce Mosca, Maria Filomena Medeiros, Maria Guiomar Lopes, Nuno António Gomes e Paulo Jorge Pereira.

Dias úteis de trabalho: **137 (83%)**

▪ **RECURSOS FINANCEIROS**

Vencimentos e outros: 12.027,23 € (83%)

Ajudas de custo: 301,54 € (28%)

Deslocações e estadas: 1.166,64 € (101%)

Total: **13.495,41 € (81%)**

PROGRAMA V

FORMAÇÃO DE PESSOAL

▪ Este programa visou promover a actualização permanente das competências profissionais de todo o pessoal inspectivo, de modo a assegurar a sua capacidade de resposta em termos de eficácia e qualidade das práticas inspectivas.

No âmbito deste programa:

- Procedeu-se ao levantamento das necessidades de formação;
- Apresentou-se as candidaturas individuais aos cursos de formação promovidos pelo CEFAPA, resultando num total de 6 participações em 6 acções externas;
- Executou-se uma acção de formação interna especializada em procedimento disciplinar, para dirigentes e pessoal de inspecção, com a colaboração da IGE, a qual resultou num total de 11 participações.

▪ RECURSOS HUMANOS

Dirigentes, inspectores e restantes funcionários.

Dias úteis de trabalho: **80 (57%)**

▪ RECURSOS FINANCEIROS

Vencimentos e outros: 7.023,20 € (54%)

Ajudas de custo: 1.122,41 € (160%)

Deslocações e estadas: 3.115,41 € (125%)

Total: 11.261,02 € (70%)

PROGRAMA VI

MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

▪ O programa visou, em 2005, no âmbito da estrutura orgânica e de funcionamento da IRE, o desenvolvimento de sistemas de informação que funcionem não só como instrumentos de gestão e controlo interno, mas também de apoio à actividade inspectiva e administrativa, de modo a assegurar a prestação de um serviço público moderno e construtivo, capaz de responder às questões-chave da qualidade.

No âmbito deste programa:

- Continuou-se a implementação de aplicações informáticas de apoio à gestão interna e actividade administrativa;
- Procedeu-se à gestão dos equipamentos;
- Forneceu-se apoio aos utilizadores;
- Procedeu-se à substituição pontual de equipamento informático;
- Celebrou-se contratos de assistência técnica ao software.

▪ RECURSOS HUMANOS

Dirigentes, inspectores e restantes funcionários.

Dias úteis de trabalho: **30 (22%)**

▪ RECURSOS FINANCEIROS

Vencimentos e outros: 2.633,70 € (32%)

Despesas de capital: 5.496,38 € (110%)

Total: **8.130,08 € (61%)**

PROGRAMA VII

DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

▪ As actividades deste programa visaram, no essencial, divulgar o trabalho desenvolvido pela IRE, quer mediante a elaboração de documentos de gestão interna quer mediante a divulgação de informação sobre a função inspectiva e o seu papel no controlo e na promoção da qualidade na educação.

No âmbito deste programa:

- Forneceu-se, em tempo útil, de modo normalizado e com a máxima correcção formal, toda a documentação e informação pertinente quer aos inspectores quer à tutela, utentes e beneficiários do sistema educativo;
- Procedeu-se à revisão dos relatórios finais das actividades inspectivas;
- Implementou-se a página da IRE no sítio da Internet da Secretaria Regional da Educação e Ciência, como um instrumento de relacionamento institucional entre o serviço inspectivo e os intervenientes no processo educativo e cidadãos, bem como procedeu-se à actualização periódica dos seus conteúdos.

▪ RECURSOS HUMANOS

Dirigentes, inspectores e restantes funcionários.

Dias úteis de trabalho: **80 (400%)**

▪ RECURSOS FINANCEIROS

Vencimentos e outros: **7.023,20 € (293%)**

PROGRAMA VIII

PROMOÇÃO E DINAMIZAÇÃO DA ESTRUTURA COMUM DE AVALIAÇÃO (CAF)

▪ Tendo sido 2005 o ano de lançamento deste programa, a actividade iniciou-se com a constituição da equipa de trabalho que irá proceder internamente à divulgação, sensibilização e implementação da CAF na IRE.
O programa não foi cumprido, atendendo a que, por motivos de distribuição de serviço inspectivo inadiável, não se encontraram datas disponíveis para a concretização das necessárias reuniões conjuntas e dinamização da actividade.

▪ RECURSOS HUMANOS

Equipa de trabalho:

Agostinho Tavares Martins, Herculano Couto Godinho, Maria Amélia Campos, Orivaldo Manuel Chaves e Paulo Sousa Lima.

Dias úteis de trabalho: **5 (10%)**

▪ RECURSOS FINANCEIROS

Vencimentos e outros: 438,95 € (7%)

Ajudas de custo: 0 €

Deslocações e estadas: 0 €

Total: 438,95 € (5%)

PROGRAMA IX

ADMINISTRAÇÃO GERAL

- As actividades deste programa visaram, em 2005, assegurar as funções de suporte relativas à gestão dos recursos humanos e dos meios financeiros e patrimoniais da IRE.

Este programa integrou as seguintes actividades, nas quais:

1 – CONTABILIDADE

- Realizou-se a gestão orçamental;
- Garantiu-se o cumprimento de obrigações legais e fiscais;
- Organizou-se a conta de gerência;
- Elaborou-se o projecto de orçamento para 2006;
- Prestou-se a informação financeira necessária à tomada de decisão.

2 – PATRIMÓNIO E ECONOMATO

- Procedeu-se à aquisição de bens e serviços;
- Garantiu-se o cumprimento dos contratos de manutenção;
- Inventariou-se os bens móveis adquiridos.

3 – PESSOAL

- Efectuou-se a gestão administrativa de pessoal;
- Tratou-se os dados para processamento de ajudas de custo;
- Elaborou-se o Balanço Social;
- Elaborou-se a lista de antiguidade do pessoal.

4 – EXPEDIENTE

- Assegurou-se o registo e a classificação de toda a correspondência recebida em suporte informático, bem como a expedição de toda a correspondência da IRE para o exterior.

5 – ARQUIVO

- Procedeu-se à continuação das operações de arquivamento.

▪ RECURSOS HUMANOS

Coordenação:

Orivaldo Manuel Chaves

Equipa de trabalho:

Adelino Manuel Costa e Paula Cristina Nunes

Dias úteis de trabalho: **657 (100%)**

▪ **RECURSOS FINANCEIROS**

Vencimentos e outros: 22.620 € (100%)

Ajudas de custo: 143,32 € (18%)

Deslocações e estadas: 681,77 € (27%)

Total: **23.445,09 € (90%)**

AVALIAÇÃO FINAL

O relatório ora concluído pretende divulgar à administração educativa, às unidades orgânicas do sistema educativo regional e respectivas comunidades, bem como ao público em geral, o trabalho efectuado pela Inspeção Regional de Educação durante o ano de 2005, nomeadamente o grau de consecução das metas pré-definidas no respectivo plano, bem como das diversas actividades programadas no mesmo, na certeza de um importante contributo quer para a evolução qualitativa do desempenho dos órgãos de administração e gestão, do pessoal docente, não docente e discente da Região Autónoma dos Açores, quer para a redução progressiva do ainda elevado insucesso escolar do nosso sistema educativo, conforme desejo da tutela.

Nessa acepção, há que referir o elevado grau de cumprimento da planificação de actividades traçada, associado, entre outros, ao absentismo reduzido – 48 dias (1,82% em 2005) de todos os dirigentes, inspectores e restantes funcionários da IRE.

Com efeito, quer no âmbito do programa I (Auditoria), que ocupou 142 dias úteis de trabalho (7,2% do total), quer no do programa II (Controlo e Acompanhamento), que preencheu 952 dias úteis de trabalho (48,3% do total), todas as unidades orgânicas seleccionadas foram alvo de intervenção, havendo apenas a excepção da actividade de controlo à *Organização do Ano Lectivo de 2005/2006*, por via da ocupação, no mesmo período, de grande parte dos recursos humanos disponíveis na IRE para a *Acção Inspectiva Extraordinária à Retenção no Ensino Básico*, determinada superiormente pela tutela.

Saliente-se ainda que os programas III e IV (Acção Disciplinar e Intervenção Inspectiva e Provedoria) ocuparam apenas 682 dias úteis de trabalho inspectivo (34,6% do total), valor bastante inferior ao alcançado pela congénere nacional, a IGE, na qual, em 2004, cerca de 51% do trabalho abarcou procedimentos disciplinares ou similares, o que poderá significar uma actuação acentuadamente preventiva, até pela juventude deste organismo e do corpo inspectivo, mas também pelo ainda reduzido espírito crítico e reclamante dos utentes do sistema educativo nos Açores.

Quanto aos programas V a VIII (Formação de Pessoal, Modernização dos Sistemas de Informação e Comunicação, Documentação e Informação e Promoção e Dinamização da Estrutura Comum de Avaliação – CAF), que ocuparam os restantes 195 dias úteis de trabalho inspectivo (9,9% do total), os objectivos essenciais foram, na generalidade, cumpridos, com excepção para o programa VIII em que não foram encontradas datas disponíveis para as necessárias reuniões dinamizadoras da mesma, aguardando-se agora novo alento, por via da constituição ao nível da Secretaria Regional da Educação e Ciência do Núcleo de Promoção da Qualidade.

Em síntese, 2005 foi um ano de profunda renovação da IRE, quer ao nível dos recursos humanos quer das actividades realizadas, tendo em vista a obtenção de desígnios comuns a todo o sistema educativo regional, que passam pela procura da qualidade e do sucesso educativo na Região Autónoma dos Açores.